

Daniel Sarmiento

# CRISE DEMOCRÁTICA E A LUTA PELA CONSTITUIÇÃO

**Área específica**  
DIREITO CONSTITUCIONAL.

**Áreas afins**  
DIREITOS HUMANOS E DIREITO PÚBLICO.

**Público-alvo/consumidores**  
INTERESSADOS NO ESTUDO DE DIREITO  
CONSTITUCIONAL. ESTUDANTES DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PROFISSIONAIS DO DIREITO.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001863



O Brasil vive uma crise democrática que se aprofundou com a eleição de Jair Bolsonaro, um populista autoritário, que atenta sistematicamente contra os direitos fundamentais, trata adversários políticos como inimigos a serem eliminados e ataca ou busca aparelhar as instituições. A Constituição de 1988 ainda não pereceu, mas está submetida a forte *stress*, e não há garantia de que sua resiliência seja eterna e invencível, diante da gravidade dos ataques que vem sofrendo. Por isso, depende de luta política, social e jurídica a sobrevivência da Carta de 88, não como mero “pedaço de papel”, mas como autêntica norma jurídica, capaz de absorver e equacionar as crises, limitar o poder dos governantes e garantir os direitos fundamentais a toda a população, especialmente aos seus grupos mais vulneráveis.

Este livro, composto de artigos acadêmicos, pareceres e peças processuais relativas a casos importantes que tramitam no STF, trata desse cenário. Além de contribuição acadêmica, o livro é um chamado à luta: a luta em defesa da democracia e da Constituição.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

S246c Sarmiento, Daniel  
Crise democrática e a luta pela Constituição/ Daniel Sarmiento.– Belo Horizonte :  
Fórum, 2020.  
411p. E-book.

ISBN: 978-65-5518-125-8

1. Direito Constitucional. 2. Direitos Humanos. 3. Direito Público. I. Título.

CDD: 341.2

CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SARMENTO, Daniel. *Crise democrática e a luta pela Constituição*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. E-book. ISBN 978-65-5518-125-8.

**Daniel Sarmiento** é Professor titular de Direito Constitucional da UERJ. Mestre e doutor em Direito pela UERJ. Foi *visiting scholar* na Yale Law School (EUA). Integrou o Ministério Público Federal. Advogado, sócio-fundador do escritório Daniel Sarmiento Advogados. Coordenador da Clínica de Direitos Fundamentais da UERJ. Autor de mais de uma dezena de livros, dentre os quais *Dignidade da Pessoa Humana* e *Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho*, publicados pela Editora Fórum.

APRESENTAÇÃO.....	15
-------------------	----

PARTE I  
ARTIGOS

CAPÍTULO 1	
A DIGNIDADE HUMANA EM TEMPOS DE CRISE	
DEMOCRÁTICA .....	21
1.1 Introdução e panorama geral.....	21
1.2 O valor intrínseco da pessoa .....	29
1.3 A autonomia .....	37
1.4 Mínimo existencial.....	42
1.5 Reconhecimento.....	50
1.6 Conclusão: resistir e lutar .....	58

CAPÍTULO 2	
LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, CRISE DEMOCRÁTICA	
E CONSTITUIÇÃO: POR QUE REMOVER O ENTULHO	
AUTORITÁRIO.....	61
2.1 Uma homenagem necessária .....	61
2.2 Lei de Segurança Nacional, crise democrática e risco às	
liberdades.....	62
2.3 A LSN e a liberdade de expressão.....	69
2.4 A LSN e o princípio da legalidade penal .....	76
2.5 Conclusão.....	79

CAPÍTULO 3	
PODE SER SUBSIDIÁRIA E EXCEPCIONAL A INTERVENÇÃO	
DO ESTADO SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES	
ECONÔMICAS? O ARTIGO 2º, III, DA LEI Nº 13.874/19 E A	
CONSTITUIÇÃO.....	81
3.1 Introdução.....	81
3.2 A Constituição econômica brasileira é compromissória, mas	
com limites. Democracia, moldura constitucional, justiça social	
e mercado.....	83
3.3 O princípio da subsidiariedade na ordem econômica e seus	
limites: inconstitucionalidade parcial da versão radical do	
princípio esposada pela Lei nº 13.874/19.....	88
3.4 Conclusão.....	94

CAPÍTULO 4	
AVALIAÇÃO DE IMPACTO REGULATÓRIO, NORMAS	
PENAIIS E SEGURANÇA PÚBLICA: EXIGÊNCIA	
CONSTITUCIONAL DE RESPONSABILIDADE	
PROCEDIMENTAL NA REGULAÇÃO DE DIREITOS	
FUNDAMENTAIS.....	97
4.1 Introdução.....	97
4.2 Segurança pública e pragmatismo (com limites): a imposição	
constitucional de Análise de Impacto Regulatório das normas	
penais e sobre segurança pública .....	100
4.3 Direito à justificativa no processo legislativo: o princípio da	
deliberação suficiente e a Avaliação de Impacto Regulatório na	
segurança pública e no âmbito penal .....	105
4.4 Conclusão.....	111

CAPÍTULO 5	
A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E O EMPODERAMENTO	
DOS EXCLUÍDOS: A MUDANÇA JURISPRUDENCIAL NA	
ADPF Nº 709 E OS NOVOS DESAFIOS .....	113
I .....	113

II	.....	114
III	.....	116

PARTE II  
AÇÕES JUDICIAIS E PARECERES

CAPÍTULO 6

PETIÇÃO INICIAL DA ADPF Nº 635, QUE QUESTIONA A EXCESSIVA LETALIDADE POLICIAL NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA ADOTADA PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....		121
I	DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA.....	122
II	INTRODUÇÃO.....	122
III	LEGITIMIDADE ATIVA.....	134
IV	CABIMENTO DA ADPF.....	135
IV.1	Lesão a preceitos fundamentais.....	135
IV.2	Atos do Poder Público.....	136
IV.3	Subsidiariedade.....	137
V	VIOLAÇÕES DIRETAS AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS À VIDA, À DIGNIDADE, À SEGURANÇA E À INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO.....	138
VI	VIDAS NEGRAS IMPORTAM! IGUALDADE, IMPACTO DESPROPORCIONAL E RACISMO ESTRUTURAL.....	144
VII	ABSOLUTA PRIORIDADE NA GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO DEVER DO ESTADO.....	149
VIII	MEDIDAS QUE O STF DEVE IMPOR AOS PODERES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	154
VIII.1	Formulação de plano de redução da letalidade policial e de controle de violações de direitos humanos.....	154
VIII.2	“Caveirões aéreos”: vedação ao uso de helicópteros como plataformas de tiro ou instrumentos de terror. Inconstitucionalidade do art. 2º do Decreto Estadual nº 27.795/2001.....	160
VIII.3	Proteção à inviolabilidade de domicílio.....	165
VIII.4	Ambulâncias e equipes de saúde em operações policiais.....	171
VIII.5	Excepcionalidade da realização de operações policiais em áreas próximas a escolas, creches, hospitais e postos de saúde..	172
VIII.6	Publicização de todos os protocolos de atuação policial. Elaboração, armazenamento e disponibilização de relatórios das operações de segurança.....	174
VIII.7	Instalação de equipamentos de GPS e de sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança.....	178
VIII.8	Compatibilização das perícias com parâmetros normativos.....	180
VIII.9	Combatendo a impunidade: aprimoramento das investigações de possíveis crimes cometidos por policiais.....	184
VIII.10	Gratificação e combate à letalidade policial. Inconstitucionalidade do art. 1º do Decreto Estadual nº 46.775/2019.....	190
VIII.11	O governador não pode incentivar execuções extrajudiciais.....	191
IX	MEDIDA CAUTELAR.....	193
X	PEDIDOS DEFINITIVOS.....	198

CAPÍTULO 7

PETIÇÃO INICIAL DA ADPF Nº 709, QUE TRATA DE FALHAS E OMISSÕES DO GOVERNO FEDERAL NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, EM RELAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS.....		201
I	INTRODUÇÃO.....	203
II	LEGITIMIDADE ATIVA DOS ARGUMENTOS.....	214
III	CABIMENTO DA ADPF.....	221
III.1	Lesão a preceitos fundamentais.....	221
III.2	Atos do Poder Público.....	222
III.3	Subsidiariedade.....	223

IV	BREVES NOTAS SOBRE O SUBSISTEMA DE SAÚDE INDÍGENA .....	224
V	OS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO: NECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO DE BARREIRAS SANITÁRIAS .....	228
VI	DESMATAMENTO, DOENÇA E GENOCÍDIO: A URGÊNCIA SANITÁRIA DA RETIRADA DE INVASORES NÃO INDÍGENAS DAS TIS .....	239
VI.1	Terra Indígena Yanomami .....	245
VI.2	Terra Indígena Karipuna .....	250
VI.3	Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau .....	252
VI.4	Terra Indígena Kayapó .....	255
VI.5	Terra Indígena Araribóia .....	257
VI.6	Terra Indígena Munduruku .....	259
VI.7	Terra Indígena Trincheira Bacajá .....	262
VI.8	Providências Necessárias .....	268
VII	DEVER DE ATENDIMENTO DA SESAI A TODOS OS INDÍGENAS, PRINCÍPIO DA IGUALDADE E DIREITOS À SAÚDE DIFERENCIADA E À CULTURA .....	268
VIII	FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO DE PLANO DE DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS DIANTE DA PANDEMIA. ELABORAÇÃO PELO CNDH, COM PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E ASSESSORAMENTO TÉCNICO DA FIOCRUZ E DA ABRASCO .....	273
IX	DA MEDIDA CAUTELAR .....	281
X	DO PEDIDO .....	283

#### CAPÍTULO 8

	PETIÇÃO INICIAL DA ADPF Nº 583, QUE QUESTIONA A FORMA COMO O GOVERNO FEDERAL REALIZA O CONTINGENCIAMENTO DE VERBAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS .....	287
I	INTRODUÇÃO .....	288
II	LEGITIMIDADE ATIVA .....	296
III	CABIMENTO DA ADPF .....	296
III.1	Violação a preceito fundamental da Constituição .....	296
III.2	Ato do Poder Público .....	297
III.3	Inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesividade .....	297
IV	A VIOLAÇÃO À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E A DESPROTEÇÃO ÀS LIBERDADES DE CÁTEDRA E EXPRESSÃO E AO DIREITO À EDUCAÇÃO .....	299
V	CONTINGENCIAMENTOS IMOTIVADOS, OPACOS E SEM CRITÉRIOS: VIOLAÇÃO AO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, AOS PRINCÍPIOS REPUBLICANO E DEMOCRÁTICO .....	303
VI	EXIGÊNCIAS CONSTITUCIONAIS MÍNIMAS PARA O CONTINGENCIAMENTO DE VERBAS ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS .....	310
VII	MEDIDA LIMINAR .....	314
VIII	DO PEDIDO .....	315

#### CAPÍTULO 9

	PETIÇÃO INICIAL DA ADI Nº 6.544, QUE TRATA DA INCONSTITUCIONALIDADE DE DENÚNCIA UNILATERAL DE TRATADO INTERNACIONAL PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA .....	317
I	INTRODUÇÃO .....	318
II	A LEGITIMIDADE ATIVA .....	321
III	CABIMENTO DA ADI: POSSIBILIDADE DE EVENTUAL RECEBIMENTO DA AÇÃO COMO ADPF .....	321
IV	A NECESSIDADE DA APROVAÇÃO DO CONGRESSO PARA DENÚNCIA DE TRATADOS INTERNACIONAIS .....	322
V	DA MEDIDA CAUTELAR .....	333
VI	DO PEDIDO DEFINITIVO .....	334

## CAPÍTULO 10

### PARECER

#### LIBERDADE DE EXPRESSÃO, HUMOR E RELIGIÃO:

VEDAÇÃO À CENSURA E RESPONSABILIDADE CIVIL.....	335
10.1 A Consulta .....	335
10.2 A proteção reforçada da liberdade de expressão na ordem jurídica brasileira .....	338
10.3 A Proteção Constitucional ao Humor.....	348
10.4 Liberdade de expressão e sentimento religioso .....	351
10.5 Discurso do ódio e sentimento religioso .....	356
10.6 Liberdade de expressão, responsabilidade civil e efeito silenciador.....	361
10.7 Resposta aos quesitos.....	366

## CAPÍTULO 11

### PARECER

#### LIBERDADE DE EXPRESSÃO, CRIMES CONTRA A HONRA DE PESSOA PÚBLICA E O PAPEL INSTITUCIONAL DA OAB: A INCONSTITUCIONALIDADE DA DENÚNCIA CONTRA FELIPE SANTA CRUZ POR CRÍTICAS DIRIGIDAS A SÉRGIO MORO .....

MORO .....	369
11.1 A Consulta .....	369
11.2 Liberdade de expressão: direito à crítica de autoridades públicas .....	373
11.3 Liberdade de expressão e filtragem constitucional dos crimes contra a honra. Aplicação das premissas ao caso .....	383
11.4 O papel institucional da OAB de defesa da Constituição, dos direitos humanos e da democracia.....	388
11.5 Respostas aos quesitos .....	393

## CAPÍTULO 12

### PARECER

#### A CONSTITUCIONALIDADE DA RESERVA DE VAGAS PARA PRETOS E PARDOS NOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO PÚBLICO.....

.....	395
12.1 A Consulta .....	395
12.2 A constitucionalidade das políticas de ação afirmativa em concursos públicos para delegação de serventias extrajudiciais .....	398
12.3 A competência do CNJ para instituir política de ações afirmativas no âmbito dos concursos para delegação de serventias extrajudiciais.....	405
12.4 Respostas aos quesitos .....	410